

f *Auc*

PAG-2

10 JAN 1987

Política

ANC 88  
Pasta 11 a 19  
Jan/87  
095

# Ulysses visitará Cuba após promulgação da nova Carta

Brasília — O deputado Ulysses Guimarães deverá visitar oficialmente Cuba logo após a promulgação da nova Constituição. Essa é a expectativa do embaixador Jorge Bolanos, que formulou o convite ao presidente da Câmara em nome do governo cubano. Segundo o embaixador, Ulysses é muito conhecido e admirado pelo povo cubano, e sua visita reforçaria o intercâmbio entre os dois países.

Ulysses Guimarães foi sondado antes das eleições. O próprio embaixador brasileiro em Cuba, Italo Zappa, amigo pessoal do deputado, desejava que a visita ocorresse antes do pleito. Mas Ulysses estava em campanha eleitoral pelos estados e alegou falta de tempo. Depois das eleições, usou outro argumento para adiar a viagem: "Se eu for agora, vão dizer que o PMDB foi comemorar sua vitória em Cuba". Desta vez porém o deputado ficou inclinado a aceitar o convite, principalmente depois que o embaixador cubano disse ser ele "uma das personalidades latino-americanas mais populares".

Além do embaixador cubano, Ulysses recebeu em seu gabinete a visita oficial do chanceler

francês, Jean-Bernard Raymond, a quem mostrou as dependências da Câmara, inclusive o plenário, onde será instalada a Assembléia Constituinte. A visita foi protocolar, pois Ulysses já havia conversado na véspera com o chanceler e ontem participou de um almoço em sua homenagem.

O deputado preferiu ficar à tarde em sua residência, mantendo contatos políticos e preparando a reunião dos governadores da próxima quarta-feira. Ele admitiu que ainda ontem poderia ter um encontro com o presidente José Sarney, com quem inclusive, segundo informou, tem falado sistematicamente por telefone nos últimos dias. Ulysses disse estar conversando também com os ministros da área econômica para atualizar-se, uma vez que esteve fora de Brasília durante as festas de fim de ano. Ele evitou manifestar-se sobre a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), marcada para segunda-feira. Mas disse estar certo que qualquer medida de "fundamental importância" que venha a ser tomada deverá ser levada ao conhecimento das lideranças políticas do governo.

# 900 assessores de deputados perdem emprego em janeiro

Brasília — Não existe alternativa para os quase 900 funcionários dos 301 deputados que não se reelegeram, a não ser a aprovação no concurso que a Câmara realizará para contratar 170 adjuntos parlamentares ou pedir emprego para os deputados novos. Se não conseguirem se enquadrar em um desses casos, perderão o emprego a partir do final deste mês.

A cada quatro anos a situação se repete, mas no final desta legislatura e quadro se agravou porque a renovação da Câmara foi muito alta, 61%. Os três funcionários a que cada deputado tem direito de contratar para seu gabinete ocupam cargos considerados de confiança, e não têm nenhum vínculo empregatício com a Câmara. Quando acaba o mandato do parlamentar, acaba também o contrato do funcionário.

Os três cargos de confiança de um deputado são um assistente legislativo, um secretário parlamentar e um motorista ou auxiliar. Alguns funcionários mais antigos nessas condições começaram a acordar para o problema e fundaram a Associação do Secretariado Parlamentar. Pressionando a mesa da Câmara, conseguiram em 85 que fosse aprovado um projeto de resolução permitindo que os funcionários com mais de quatro anos de casa e com o último ano trabalhando sem interrupção fizessem concurso para adjunto parlamentar.

Naquela época, foram contra todos apenas 310 funcionários dos mais de 500 inscritos. Como o concurso é realizado de dois em dois anos, nos próximos dias 17 e 18 haverá a segunda chance. Mas existem somente 170 vagas para mais de 400 inscritos porque nem todos os 900 funcionários que estarão desempregados no final deste mês preenchem os requisitos para fazer a prova. É o caso de Ivone Spellmeir, que trabalha no gabinete do deputado Guido Moesch (PDS-RS): ela só completará quatro anos de Câmara em março.

Há ainda funcionários que preenchem os requisitos mas trabalham com deputados que conseguiram se reeleger, como Marcelo da Rocha, funcionário do deputado Luís Henrique (PMDB-SC). Marcelo tem mais de quatro anos de emprego garantido mas vai fazer o concurso para ter maiores garantias no futuro e ficar com vínculo empregatício na Câmara. Funcionários nessas condições tiram a chance daqueles que podem realizar o concurso e trabalham com deputados que terminam o mandato.

Um desses casos é o do advogado Jaime Heimeck, auxiliar de Guido Moesch. O deputado não se candidatou à reeleição e, se Jaime não for aprovado no concurso, ficará desempregado, a não ser que consiga ser recontratado por outro deputado. O corre-corre dos funcionários está se intensificando para conseguir manter o emprego.

# Caça ao apartamento em Brasília

Brasília — A temporada de caça ao apartamento está aberta em Brasília. É um fenômeno que se repete a cada quatro anos, quando se renovam as bancadas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. No dia 2 de fevereiro, 301 novos deputados tomam posse. Eles vão somar-se aos 186 que se reelegeram e, antes de encomendar o termo, já estão batendo à porta da diretoria geral da Câmara, e reivindicam o direito de ocupar também um dos 432 apartamentos privativos de parlamentares. Conseguir um apartamento desocupado é um drama. Abrir as portas do apartamento, em seguida, uma decepção. Boa parte deles não tem condições de uso.

O ex-secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, César Maia, eleito deputado pelo PDT, está enfrentando o segundo capítulo da tragédia. Como a maioria dos novos deputados, ele se valeu de um expediente pouco ortodoxo para garantir seu apartamento. Pediu as chaves a um deputado que saía, derrotado nas eleições de novembro. Maia escolheu o apartamento onde morava o cacique Mário Juruna, na superquadra 202 Norte, bloco K.

Hoje, os assessores do deputado César Maia são os que mais incomodam os funcionários da Coordenação de Habitação da Câmara dos Deputados. Juruna deixou o apartamento inabitável. Os vasos dos dois banheiros estão entupidos, duas mesas de centro, em mármore, estão quebradas ao meio e na parede da sala ficaram grudadas as penas de um grande cocar. A devastação não para aí: vitró da porta de entrada em pedaços, persianas não funcionam, uma das cinco camas quebradas e o sofá do escritório completamente rasgado.

O cacique deixou também duas lembranças

para o novo ocupante do apartamento: uma velha edição da revista *Senhor*, que tem Juruna na capa, e uma melancia que apodrece sobre a pia da cozinha. O administrador da Superquadra 202, Antônio Farenze, admite que o apartamento 102, de Juruna, é uma dor de cabeça, mas informa que "o estado dos outros não é tão diferente". Há móveis quebrados também, segundo ele, no apartamento 604, que era ocupado pelo piauiense Jonathas Nunes (PMDB).

Nunes passou o apartamento ao colega Átila Lira. A vistoria foi feita por duas irmãs do deputado e, além de queixas sobre o estado dos móveis, elas fizeram uma exigência a Farenze: querem que seja retirado o carpete do apartamento (de três quartos mais duas dependências de empregada), porque as crianças da família são alérgicas.

"Há problemas de todo tipo, principalmente com os apartamentos que foram ocupados pelo mesmo deputado durante várias legislaturas", reconhece o diretor da Coordenação de Habitação, Abeguar Massera. "Mas não afirmo que os parlamentares cuidem mal dos apartamentos", defende-se. "A maior parte dos problemas se deve à própria ação do tempo. Temos o apartamento de um ex-deputado de três legislaturas, por exemplo, que precisa de pintura porque os quadros dele deixaram marcas nas paredes".

Mas Massera não pode atribuir somente à ação do tempo casos de apartamentos com portas quebradas, que ele admite existir, e que dão trabalho aos quatro marceneiros da comissão. No momento, porém, todo o pessoal de Massera está empenhado na realização de vistorias dos apartamentos, deixando para mais tarde a realização das obras necessárias.